

## PANORAMA DOS MUSEUS E CENTROS CULTURAIS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Cristina Carvalho<sup>1</sup>  
Gabriela Campolina<sup>2</sup>  
Leonardo Minervini<sup>3</sup>  
Letícia Vitória<sup>4</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo traçar um panorama dos museus e centros culturais da cidade do Rio de Janeiro a partir dos resultados de uma pesquisa realizada nos anos de 2019 e 2020 pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Museu, Cultura e Infância (GEPEMCI). A metodologia utilizada para elaboração da pesquisa foi a aplicação de questionário online para 110 instituições da cidade do Rio de Janeiro, obtendo 64 respostas. O questionário foi organizado em três blocos: A Instituição, Ações Educativas e Público Infantil. Neste texto, são analisadas as respostas do primeiro bloco do questionário online, composto por 21 perguntas. A partir desta análise, conclui-se que é necessário buscar formas de minimizar a desigualdade no direito de acesso da população às instituições, dada a concentração territorial de museus e centros culturais no território, e a dependência de financiamento público, por conseguinte, a condição de vulnerabilidade das instituições, além da urgência na implementação de medidas de acessibilidade às pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Museu. Centro Cultural. Mapeamento cultural. Cultura. Território.

### INTRODUÇÃO

O Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Museu, Cultura e Infância (GEPEMCI), da PUC-Rio, tem como campo de investigação questões relativas aos espaços museais e suas estratégias educativas para o público, com ênfase nas ações destinadas às crianças de zero a seis anos. A pesquisa realizada entre 2019 e 2020 deu continuidade ao trabalho sistemático do grupo de mapear e traçar um panorama das atividades realizadas por museus e centros culturais da cidade do Rio de Janeiro. Neste

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação (PUC-Rio), Diretora do Departamento de Educação (PUC-Rio) e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação, Museu, Cultura e Infância (GEPEMCI/PUC-Rio). E-mail: cristinacarvalho@puc-rio.br

<sup>2</sup> Mestranda em Educação (PUC-Rio) e integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Museu, Cultura e Infância (GEPEMCI/PUC-Rio). E-mail: gabicampolinazeredo@gmail.com

<sup>3</sup> Doutorando em Educação (PUC-Rio) e integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Museu, Cultura e Infância (GEPEMCI/PUC-Rio). Mestre em Cultura e Territorialidades pela UFF. E-mail: leo.minervin@gmail.com

<sup>4</sup> Graduada em Pedagogia pela PUC-Rio, bolsista de Iniciação Científica no Grupo de Pesquisa Educação, Museu, Cultura e Infância (GEPEMCI/PUC-Rio). E-mail: lelediniz123@gmail.com

texto apresentaremos a metodologia adotada para realização da pesquisa, assim como alguns dados obtidos e reflexões que surgiram a partir das informações coletadas.

A área cultural é marcada, dentre muitos aspectos, pela dinamicidade de suas múltiplas dimensões. No âmbito da administração, o setor está intrinsecamente relacionado a fatores de naturezas diversas, tais como legislações específicas, políticas públicas e privadas de financiamento, formação de profissionais especializados, mediação de públicos, entre tantos outros princípios que envolvem a pluralidade de conceitos transversais em permanente disputa. Tais características fazem da gestão cultural um constante desafio, sobretudo ao considerarmos como premissa para a realização de qualquer política, programa, projeto ou evento a necessidade de conhecer de modo mais aprofundado a realidade na qual se pretende atuar. Como afirma Cunha (2008), o gestor cultural "deverá ser capaz de materializar e dinamizar, no âmbito local, regional e nacional, as práticas que configuram a cultura de uma comunidade" (p. 147).

Nesse sentido, a realização de pesquisas sistemáticas é fundamental para substanciar o trabalho dos profissionais que compõem o sistema cultural, identificando não apenas lacunas, mas também potencialidades necessárias para a consecução de planejamentos embasados por análises quantitativas e qualitativas que, certamente, devem ser constantemente atualizadas.

O relatório estatístico elaborado pelo GEPEMCI permite traçar um importante panorama acerca das instituições museais e centros culturais da cidade do Rio de Janeiro, desde uma análise mais ampliada, que aponta para a diversidade de tipologias, até aspectos idiossincráticos que regem seus planos de atuação, trazendo contribuições significativas para estudos em diferentes áreas. Vale também destacar que a pesquisa foi realizada em um período limítrofe entre uma determinada realidade até então conhecida e o início da pandemia do Covid-19, cujos efeitos estão gerando consequências e mudanças imediatas na forma de atuação das instituições, bem como em todos os setores. Nesse sentido, estudos comparativos baseados em análises do impacto da pandemia em museus e centros culturais, assim como a elaboração de planos de retomada, poderão encontrar nos resultados aqui apresentados material de referência.

A pesquisa adotou como estratégia metodológica a aplicação de um questionário online composto por 41 perguntas, organizadas em três blocos intitulados: I – A Instituição, II – Ações Educativas e III – Público Infantil. O questionário da pesquisa foi

enviado para 110 instituições, obtendo 64 respostas. Analisaremos neste artigo o primeiro bloco composto por 21 perguntas. O conjunto de instituições que responderam ao questionário forma um cenário representativo do campo museal da cidade do Rio de Janeiro, tanto em termos quantitativos quanto na relevância de suas ações. Ao todo, o relatório estatístico apresenta o compilado referente a 64 instituições da área da museologia, incluindo distintas e complementares formas de atuação, que englobam inventário e salvaguarda de acervos, pesquisas, programas educativos, formação continuada de profissionais e agenda programática de exposições. É nesse contexto que vislumbramos a escrita do texto como um panorama.

Assim como as informações extraídas da pesquisa oferecem elementos importantes para o embasamento de análises sobre o setor cultural, formular novas perguntas se faz necessário para a continuidade e aprofundamento da investigação. Desta forma, ao longo do texto, levantaremos outras questões, esgarçando as possibilidades que os dados obtidos podem suscitar e indicando aspectos que podem ser objeto de pesquisas futuras.

## **PERFIL DAS INSTITUIÇÕES**

As primeiras informações apresentadas no relatório estatístico da pesquisa são destinadas à identificação das instituições. No questionário, as perguntas foram elaboradas para obter o nome do museu ou centro cultural, sua tipologia e a função desempenhada pelo funcionário respondente. A análise da pesquisa se dá, portanto, a partir desses dados, visto que possibilita a elaboração de leituras relevantes, assim como permite inferir sobre aspectos que podem ser classificados como ocultos.

A diversificação do campo museal e expositivo fica evidente ao observarmos a gama de categorias presentes nos nomes das instituições. Ao mesmo tempo em que se destaca a utilização da palavra museu, nota-se a existência de outros termos que abarcam conceitos complementares ou distintos, tais como: centro cultural, casa museu, centro histórico, ecomuseu, espaço, fundação, grêmio, instituto, memorial, núcleo de documentação e reserva biológica. Nem sempre as nomenclaturas podem ser identificadas como sinônimos, ao contrário, na maioria dos casos indicam outras perspectivas de atuação que também fazem parte da museologia. A questão se torna ainda mais ampla no âmbito do centro cultural, como afirma Carvalho (2016, p. 35):

“Diferentemente dos museus, o centro cultural não possui um organismo internacional que determine diretrizes ou conceitos a serem seguidos. Existem diversas instituições com essa denominação, porém com atividades, funções e filosofias completamente diferentes umas das outras”.

Tal diversificação não está presente apenas na comparação entre as instituições, mas se configura como uma característica de multidisciplinaridade do setor, como pode indicar a frequência de respostas referente às tipologias:

Quadro 1 - Frequência das respostas obtidas em tipologia (2019-2020)

Artes Visuais	7
História	6
Ciência e Tecnologia	4
Artes Visuais, História	3
Ciência e Tecnologia, História	2
Documental, História	2
Acervos de Fotografia, Iconografia, Música e Literatura	1
Antropologia e Etnografia, Arqueologia, Arquivístico, Artes Visuais, Documental, História, Imagem e Som, Biblioteconômico	1
Antropologia e Etnografia, Arqueologia, Ciências Naturais e História Natural, História, Virtual, Ecomuseu Comunitário de Território e Percurso	1
Antropologia e Etnografia, Arquivístico, Artes Visuais, Documental, Imagem e Som, Biblioteconômico, Virtual	1
Antropologia e Etnografia, Artes Visuais, História	1
Antropologia e Etnografia, Ciências Naturais e História Natural	1
Arqueologia, Arquivístico, Ciência e Tecnologia, Ciências Naturais e História Natural, Documental, História, Exposições itinerantes	1
Arqueologia, Artes Visuais	1
Arqueologia, Ciências Naturais e História Natural	1
Arqueologia, História, Memória e Patrimônio	1
Arquivístico, Artes Visuais, Documental, História, Biblioteconômico	1
Arquivístico, Artes Visuais, Documental, História, Imagem e Som	1
Arquivístico, Ciência e Tecnologia, Documental, História, Imagem e Som, Virtual	1
Arquivístico, Documental, História, Biográfico	1
Arquivístico, Documental, História, Imagem e Som, Biblioteconômico	1
Artes Visuais, Documental, História	1
Artes Visuais, Documental, História, Arte Sacra	1
Artes Visuais, Documental, História, Imagem e Som	1
Artes Visuais, Imagem e Som, Feiras, Humanidades, Artes Integradas e Palestras	1
Artes Visuais, Museu, Museu de Saúde e Artes	1
Artesanato	1
Atua no campo da saúde mental	1

Ciência e Humanidades, Humanidades	1
Ciência e Tecnologia, Ciências Naturais e História Natural	1
Ciência e Tecnologia, Planetário	1
Ciências Naturais e História Natural, História	1
Documental, História, Imagem e Som	1
Documental, História, Religioso	1
Documental, História, Virtual	1
Engenharias	1
Esportes/Futebol	1
História, Arte do Saber Fazer – Ancestralidade	1
História, Imagem e Som	1
História, Museu, Museu Casa	1
Imagem e Som	1
Imagem e Som, Virtual, Instrumentos Musicais	1
Museu	1
Museu a Céu Aberto	1
Trabalha a temática que aborda as prisões	1

As informações apresentadas no quadro 1 foram obtidas a partir de pergunta com a possibilidade de respostas múltiplas. Desta forma, a instituição respondente poderia assinalar qualquer das opções presentes no formulário, sendo estas: Arqueologia, Arquivístico, Artes Visuais, Antropologia e Etnografia, Biblioteconômico, Ciências Naturais e História Natural, Ciência e Tecnologia, Documental, História, Imagem e Som e Virtual. Além disso, a questão também permitiu a inserção de novas respostas por meio da opção “outras”. Foram obtidas 45 diferentes respostas para as combinações de tipologias, o que reforça a percepção destacada anteriormente acerca da pluralidade de atuação ou a forma como as instituições se identificam.

A multiplicidade de respostas obtidas no quesito tipologia também ocorre quando o critério investigado se refere ao cargo/função dos respondentes nas instituições. O questionário apresentou 5 possibilidades de resposta, além da opção “outras”, conforme quadro a seguir:

Quadro 2 - Cargo/função dos respondentes nas instituições (2019-2020)

Outros	17
Coordenação	16
Educador	11
Direção	7
Museóloga	7
Chefe de departamento / de núcleo	6

As 17 respostas assinaladas na opção “outras” foram identificadas como: Analista de Pesquisa e Conhecimento; Arquivista / Historiador; Assistente da Curadoria Pedagógica; Assistente da presidência; Assistente de atividades culturais; Assistente de Comunicação; Astrônomo; Bióloga; Chefe de Ações Educativas para o Público do Serviço de Educação; Estagiária; Fundadora; Museóloga Responsável pelo Museu; Sócio Fundador; Produção – Administrativo; Supervisão técnica da exposição permanente; Supervisora e Suporte Administrativo.

A publicação *Museus em Números* (2011), do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), aponta que a formação diversificada dos profissionais que compõem os quadros das instituições museológicas é uma característica do setor: “Os museus têm se caracterizado pela pluralidade de formação de seus profissionais, realidade que se explica pela intrínseca multidisciplinaridade que caracteriza o campo museal” (p. 134). Dessa forma, por meio do quadro 2 é possível perceber a multiplicidade de cargos e funções.

Nessa perspectiva, cabe sinalizar e refletir sobre a formação e qualificação para ocupar os cargos e desempenhar funções nos museus e centros culturais, uma vez que, conforme o ICOM (2001):

Os profissionais de museus devem ter uma formação universitária, técnica e profissional apropriada e beneficiar de uma formação contínua, por forma a desempenhar cabalmente o seu papel no funcionamento do museu e na proteção do património. A entidade responsável deve reconhecer a necessidade e o valor de pessoal bem formado e qualificado, facultar formação contínua e actualização de conhecimentos, para assim assegurar a competência do pessoal (p.7).

Diante disso, é importante reiterar que cada função desempenhada deve ser marcada por formação específica para que assim a prática seja alinhada ao campo teórico.

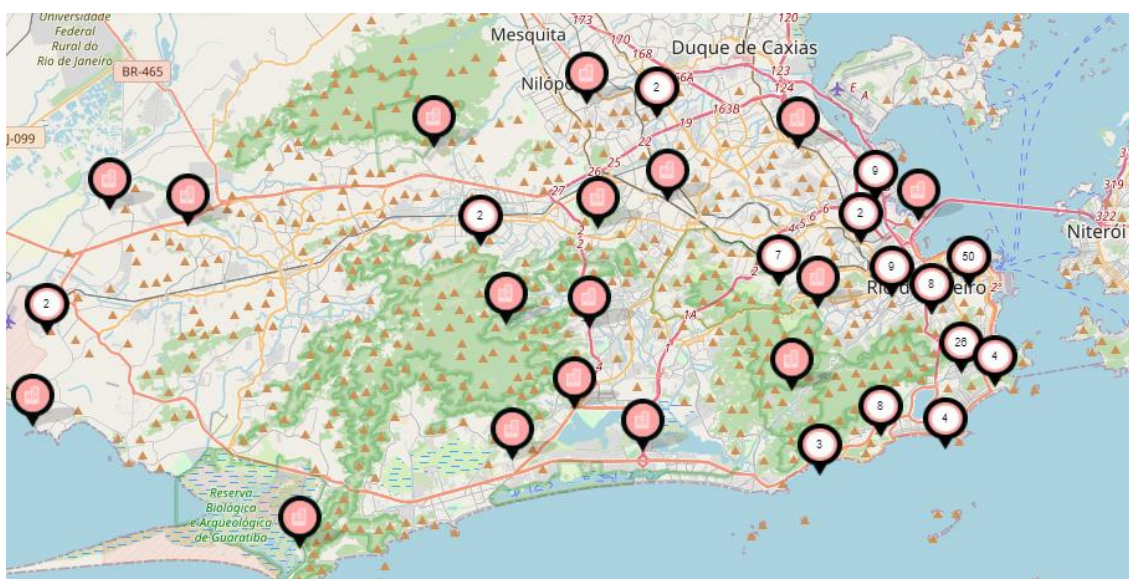
## **DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS MUSEUS E CENTROS CULTURAIS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Para traçar um panorama dos museus e centros culturais da cidade do Rio de Janeiro é necessário analisar a distribuição destes equipamentos pelo território. Para isso, a plataforma *Museusbr*, elaborada pela Secretaria Especial de Cultura do Governo

Federal por meio da Portaria nº 6, de 9 de janeiro de 2017, é utilizada como referência. A plataforma é operada pelo IBRAM e tem como finalidade disponibilizar informações atualizadas sobre os museus brasileiros, funcionando de maneira colaborativa, de modo que qualquer pessoa tenha acesso para contribuir com o mapeamento de instituições do país:

Art 1º Fica instituída a plataforma Museusbr como sistema nacional de identificação de museus e plataforma para mapeamento colaborativo, gestão e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros (BRASIL, 2017).

Os dados indicam que atualmente existem 311 museus no Estado do Rio de Janeiro, sendo 153 localizados na capital fluminense. O mapa a seguir apresenta a distribuição das instituições pelas diferentes regiões:



Fonte: Museusbr (Mapa de museus da Cidade do Rio de Janeiro)

Apesar da extensão territorial e da densidade demográfica da Zona Oeste do Rio de Janeiro, que segundo dados do Instituto Rio representa 41,36% (2.614.728 habitantes) da população, fica evidente no mapa que a maior parte dos museus está localizada no eixo Zona Sul e Centro da cidade. Em pesquisa realizada pelo GEPEMCI, em 2015, o tema também foi abordado:

Dos 113 museus da cidade, 38 estão localizados na Zona Sul, 36 estão localizados na região do Centro, 33 na Zona Norte, e apenas 6 na Zona Oeste. Apesar de parecer equânime a distribuição quantitativa das

instituições culturais na maior parte da cidade, considerando o fato de que a grande maioria da população reside nas regiões da Zona Norte e Zona Oeste, esse dado mostra uma distribuição desigual nas ações que promovem a cultura e as tradições locais por parte das esferas governamentais (CARVALHO; LOPES; RESINENTTI, 2017, p. 305).

O questionário aplicado em 2019 e 2020 reforça a questão da desigualdade na distribuição de equipamentos culturais no território. Dos 64 museus respondentes, 25 estão localizados no Centro, 20 estão na Zona Sul, 10 na Zona Oeste e 9 na Zona Norte da cidade. Conforme indicado por Carvalho, Lopes e Resinentti (2017), é necessário considerar que a maior parte da população reside nas Zonas Norte e Oeste. Isso mostra uma desigualdade na distribuição de ações culturais por parte do governo e da iniciativa privada, dificultando o acesso à cultura, que é direito de todo cidadão brasileiro.

Uma das iniciativas que poderia contribuir para a redução do impacto provocado pela concentração de museus e centros culturais nas regiões do Centro e da Zona Sul seria a implantação de serviço de transporte por parte dos museus e centros culturais, podendo ser utilizado para atender aos estudantes de instituições escolares e ao deslocamento de público espontâneo para determinados locais da cidade. No entanto, este tópico da pesquisa indica que 47 (73,4%) instituições nunca oferecem transporte para o público visitante, 13 (20,3%) oferecem eventualmente e apenas 4 instituições (6,2%) disponibilizam este serviço regularmente.

Considerando a desigualdade de distribuição territorial dos equipamentos culturais da cidade do Rio de Janeiro, a ausência da oferta de transporte gratuito, ou um transporte público que apresentasse uma boa mobilidade, torna a visita no município ainda mais difícil, sobretudo para instituições escolares, que ficam limitadas, quando muito, à possibilidade de visitar espaços que estão localizados em seu entorno. Para além desta reflexão, surge também como questão para ser analisada em estudo posterior se os museus que de fato oferecem transporte estão divulgando tal iniciativa, de modo que o serviço oportunize acesso aos diversos públicos de maneira plural e democrática.

Como contraponto ao cenário de concentração descrito anteriormente, cabe destacar projetos que visam a dar maior visibilidade à diversidade de espaços e de práticas culturais, artísticas e patrimoniais existentes em outros territórios para além do eixo Centro-Zona Sul da cidade, como é o caso do Guia Turístico e Cultural da Zona Oeste Carioca (2014). A iniciativa é um bom exemplo de articulação entre o poder



público, representado pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, e a sociedade civil, por meio do Observatório de Favelas<sup>5</sup>. A partir desta publicação é possível ter acesso a mais de 200 indicações de pontos de relevância cultural, dentre parques ecológicos, centros culturais, museus, teatros, ateliês, espaços alternativos, entre outros.

### **ORIGEM DOS RECURSOS: DEPENDÊNCIA DE ORÇAMENTO PÚBLICO**

A origem dos recursos financeiros destinados à administração dos museus e centros culturais também foi objeto da pesquisa. No quadro a seguir, nota-se a existência de uma quantidade significativa de espaços dependentes de financiamento público:

Quadro 3 - Frequência das respostas obtidas em origens dos recursos (2019-2020)

Setor Público	28
Setor Privado	13
Parceria Público-Privada	6
Setor Público, Associação de Amigos da Instituição	5
Setor Privado, Associação de Amigos da Instituição	2
Setor Público, Setor Privado	2
A Instituição “vive” por si própria	1
A Instituição “vive” por si própria, Doações	1
Associação de Amigos da Instituição	1
Doações	1
Não possui recurso	1
Setor Público, Parceria Público-Privada	1
Setor Público, Setor Privado, Associação de Amigos da Instituição	1

A pergunta permitia a possibilidade de respostas múltiplas, resultando em 13 combinações distintas sobre a origem dos recursos. Segundo os dados obtidos, é possível verificar que 28 (43,7%), instituições dependem exclusivamente de verbas do setor público. No total das instituições investigadas, 37 (57,8%,) têm orçamentos oriundos de recursos governamentais. Nessa perspectiva, o IBRAM (2014) afirma que apesar de haver recursos públicos sendo investidos em museus, eles não são totalmente suficientes diante das demandas existentes. Cabe destacar que a lógica de investimentos

<sup>5</sup> Organização da Sociedade Civil de Interesse Público sediada no Conjunto de Favelas da Maré. Foi fundada em 2001 com o intuito de produzir conhecimento sobre favelas e periferias visando ao desenvolvimento de políticas públicas para a promoção do direito à cidade.

em museus gera impactos, não apenas sociais e culturais, mas também econômicos, sendo, portanto, tema inerente ao campo das políticas públicas. De acordo com o IBRAM (2014), a região que possui um museu tem impactos positivos de formas direta e indireta no que tange ao nível econômico.

A dependência exclusiva de recursos públicos pode indicar um fator de vulnerabilidade para os museus e centros culturais, tendo em vista que as instituições ficam mais suscetíveis às mudanças provocadas por questões políticas e pela suspensão dos financiamentos via lei de incentivo fiscal, além da descontinuidade de políticas culturais. O cenário atual das políticas públicas de cultura no Brasil, marcado por fatos como a extinção do Ministério da Cultura, em janeiro de 2019, a demissão de 174 pareceristas da Lei Rouanet<sup>6</sup>, reduzindo em 43,4% a equipe responsável pela análise de projetos<sup>7</sup>, e a redução em quase metade do orçamento destinado à gestão cultural ao longo dos últimos dez anos<sup>8</sup>, para citar apenas alguns exemplos, não pode ser ignorado e reforça a fragilidade de instituições dependentes exclusivamente desta fonte de recursos.

Outro dado significativo relacionado a este tema é que apenas uma instituição afirmou que se mantém exclusivamente com recursos próprios. Essa resposta pode indicar que o setor é dependente de financiamento, seja público, privado ou oriundo de pessoa física por meio de doação, e que, portanto, inúmeras dificuldades devem se fazer presentes para que os museus e centros culturais desenvolvam autonomia financeira. Nesse sentido, compreendemos que este também é um tema que deve ser desdobrado em pesquisas futuras, tendo em vista que criar alternativas para a subsistência dos equipamentos culturais se faz cada vez mais urgente.

Após realizar um breve histórico dos museus brasileiros, Santos (2004) indica que a maior parte destas instituições foram criadas pelo Estado. A autora cita Canclini (1992) para exemplificar a tendência de privatização de espaços cuja responsabilidade cabia ao Estado. No Brasil, nas últimas três décadas a Lei Federal de Incentivo à Cultura (n. 8313/91), mais conhecida como Lei Rouanet, consolidou-se como principal

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/10/frias-demite-174-pareceristas-da-lei-rouanet-que-dizem-nao-terem-sido-informados.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/10/rouanet-e-desidratada-por-frias-e-tem-hoje-43-de-seus-pareceristas-habilitados.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/09/cultura-perde-metade-de-seu-orcamento-federal-na-ultima-decada-e-segue-em-queda.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

instrumento de financiamento de equipamentos e projetos culturais, permitindo que pessoas físicas e jurídicas invistam na área cultural e possam abater percentuais de impostos. Há, segundo a autora, uma disputa entre museus para captação de recursos privados e isso evidencia uma fragilidade no apoio financeiro ao setor.

Considerando o contexto atual em que o Brasil enfrenta crises política, sanitária, social, educacional e fiscal, os museus são um exemplo, dentre tantas instituições, que sofrem as consequências. A pandemia causada pelo novo Coronavírus agravou a situação, afetando os equipamentos culturais a partir do momento em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou medidas de isolamento social para tentar reduzir a propagação do vírus, obrigando os museus a fecharem suas portas. Campolina, Pontes e Schmidt (2020) analisaram a pesquisa realizada pela UNESCO no primeiro semestre de 2020 que indicou um fechamento temporário de 90% dos museus mundiais - aproximadamente 60.000 instituições - o que resultou em perdas financeiras significativas. Instituições museais cujas receitas dependiam principalmente da venda de ingressos, comercialização de produtos em loja própria, consumo em restaurante e locação de seus espaços para eventos se viram obrigadas a reduzir o quadro de funcionários e, conseqüentemente, toda a gama de atividades foi impactada.

## **ACESSIBILIDADE NAS INSTITUIÇÕES**

O questionário buscou também investigar se existiam e quais eram os recursos de acessibilidade das instituições respondentes. Dentre as opções de resposta, sendo possível a marcação de mais de um item, foram listados: portas/corredores largos, banheiros adaptados, rampa de acesso, elevadores, cadeira de rodas, piso tátil, corrimão, interação com o tato, recursos em Braile e Libras, prancha de comunicação, jogos adaptados, conteúdo em audiodescrição, áudio e videoguia. Diante das respostas recebidas, foi possível constatar que, das 64 instituições participantes, 10 (15,6%) afirmaram não possuir nenhum recurso de acessibilidade para atender ao público com deficiência. No que se refere aos recursos de mediação, isto é, aspectos que estão para além da estrutura física, apenas 1, ou 0,64%, afirmou possuir conteúdo com audiodescrição, prancha de comunicação, jogos adaptados ou áudio e videoguia.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que indivíduos com deficiência têm seus direitos de acesso aos museus e centros culturais da cidade do Rio de Janeiro cerceados,

tendo em vista que não possuem a possibilidade de frequentar tais instituições uma vez que não conseguirão ser atendidos em suas necessidades essenciais.

Apesar da existência de documentos, tanto em âmbito nacional quanto internacional, que ratificam princípios de legitimação de direitos das pessoas com deficiência<sup>9</sup>, a pesquisa indica que há um enorme desafio a ser superado. Nota-se, também, que o tema vem sendo analisado recorrentemente, apresentando poucos resultados efetivos. Carvalho (2016), ao abordar este aspecto na pesquisa por ela desenvolvida, destaca o quanto estamos longe do que seria ideal nas propostas de integração e inclusão de aluno com deficiência e, em diálogo com autores da área, aponta para o lento processo de implementação de iniciativas de inclusão e para a resistência de diferentes naturezas que sofre – barreiras físicas, humanas, sociais ou políticas.

Em consonância com Sarraf (2008, p. 38), “a acessibilidade é uma forma de concepção de ambientes que considera o uso de todos os indivíduos independente de suas limitações físicas e sensoriais, desenvolvida a partir dos conceitos do movimento de Inclusão Social”. Portanto, faz-se necessário pensar em como promover a acessibilidade nesses espaços, sobretudo, envolvendo a participação de pessoas com deficiência na elaboração de todas as etapas, desde o planejamento à mediação cultural, colocando em prática os princípios representados pelo lema “Nada sobre nós, sem nós”.

Vale ainda destacar que prezar pela acessibilidade é valorizar que pessoas com deficiência tenham condições de acesso, respeitando e criando as condições necessárias para o exercício da autonomia, pautando-se “pela compreensão e pelo acolhimento das pessoas em suas **identidades múltiplas e diversificadas**, sempre contemplando sua dimensão humana e cidadã e nunca a deficiência” (NADA SOBRE NÓS SEM NÓS, 2009, p. 27; grifo nosso).

---

<sup>9</sup> “A Declaração de Salamanca (1994); a Carta de Pirenópolis (1999); a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção de Guatemala, confirmada no Brasil pelo Decreto Lei nº 3.956/01, de 8 de outubro de 2001; as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – resolução CNE/CEB nº 2/2001; Decreto Lei 5.296, de 2 de dezembro de 2004, regulamentando as Leis Federais 10.048 e 10.098/2000, que tratam da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no Brasil; a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (Unesco/2002); a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006)” (NADA SOBRE NÓS SEM NÓS, 2009, p. 27).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa aqui apresentada buscou conhecer a estrutura e alguns dos principais aspectos que envolvem o funcionamento de museus e centros culturais da cidade do Rio de Janeiro. A partir das informações obtidas é possível apontar elementos importantes para a discussão de temas relacionados à gestão cultural e ao patrimônio.

A diversidade de tipologias de museus e a variedade de cargos existentes nesses espaços foi o primeiro ponto abordado neste artigo. Ao mesmo tempo que a grande quantidade de tipologias museais é representativa da diversidade cultural, a existência de nomenclaturas diversificadas para as funções ocupadas por funcionários nas instituições pode indicar a característica multifacetada da área cultural. No entanto, tais aspectos também podem dificultar uma compreensão sistêmica do setor.

O segundo ponto apresentado no texto diz respeito à desigualdade na distribuição de equipamentos culturais pelo território carioca. Conforme mencionado no artigo, dos 64 museus respondentes à pesquisa elaborada pelo GPEMCI, 25 estão localizados no Centro, 20 estão na Zona Sul, 10 na Zona Oeste e 9 na Zona Norte da cidade. Considerando que a maior parte da população reside nas Zonas Norte e Oeste, somado aos dados apresentados na pesquisa sobre a escassez de investimento em transporte destinado aos públicos pelas próprias instituições culturais, o cenário que se forma contribui para a desigualdade de acesso, o que se caracteriza como um contrassenso aos direitos culturais.

O terceiro ponto apresentado no texto é a dependência que as instituições culturais têm de recursos públicos, o que indica uma vulnerabilidade diante de imprevistos, mudanças provocadas por políticas públicas, suspensão de financiamentos e até mesmo descontinuidade de projetos e políticas culturais. Apenas uma instituição respondeu que se mantém totalmente com recursos próprios, o que é indicativo da dependência que o setor tem de financiamento, seja ele público, privado ou oriundo de doações.

O artigo também abordou o tema da acessibilidade nas instituições. Dados coletados na investigação mostram que existem museus e centros culturais na cidade do Rio de Janeiro que não possuem recursos de acessibilidade, ou seja, o público com

deficiência não poderá acessar tais instituições ou enfrentará inúmeras dificuldades no atendimento.

Nessa perspectiva, a pesquisa realizada pelo GEPEMCI e a elaboração deste artigo visam contribuir para o trabalho de profissionais que atuam no campo museal. Desta forma, aponta-se como temas necessários de desdobramento pensar de que maneira é possível minimizar a desigualdade no direito de acesso da população às instituições, dada a concentração territorial de museus e centros culturais no território do Rio de Janeiro, e a dependência de financiamento público, por conseguinte, a condição de vulnerabilidade das instituições, além da urgência na implementação de medidas de acessibilidade às pessoas com deficiência.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jorge Luiz Barbosa; SILVA, Monique Bezerra. **Oeste Carioca**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Portaria nº6, de 9 de janeiro de 2017. Brasília, 2017.

CAMPOLINA, Gabriela; PONTES, Juliana; SCHMIDT, Marcella. **Museus em tempos de pandemia**: um olhar para a infância e iniciativas virtuais. Disponível em: <[http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2020/download/relatorios/CTCH/EDU/EDU-Gabriela%20Campolina,%20Juliana%20Pontes%20e%20Marcella%20Schmidt.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2020/download/relatorios/CTCH/EDU/EDU-Gabriela%20Campolina,%20Juliana%20Pontes%20e%20Marcella%20Schmidt.pdf)> Acesso em outubro 2021.

CARVALHO, Cristina. **Quando a escola vai ao museu**. Campinas, SP: Papyrus, 2016.

CARVALHO, Cristina; LOPES, Thamiris; RESINENTTI, Priscila. Educação Infantil e Espaços Culturais: possibilidades de apropriação na cidade do Rio de Janeiro. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 35, n. 1, p. 300-322, jan./mar. 2017.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista de Administração Pública** [online]. 2014, v. 48, n. 5 Acesso em outubro de 2021.

CUNHA, Maria Helena. Gestão cultural: profissão em formação. In: CALABRE, Lia. (Org.). **Políticas culturais**: um campo de estudo. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

ICOM/UNESCO. **Código Deontológico para os Museus**. Buenos Aires: International Council of Museums, 1986/Barcelona: International Council of Museums, 2001

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM. **Museus em números**. Brasília, 2011. Disponível em: [https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/museus\\_em\\_numeros\\_volume1.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/museus_em_numeros_volume1.pdf). Acesso em outubro de 2021.

INSTITUTO RIO. **Sobre a Zona Oeste**. Disponível em: [http://www.institutorio.org.br/sobre\\_a\\_zona\\_oeste](http://www.institutorio.org.br/sobre_a_zona_oeste)>. Acesso em outubro de 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Museus e a dimensão econômica**: da cadeia produtiva à gestão sustentável. Disponível em: [https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/Museus\\_DimensaoEconomica.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/Museus_DimensaoEconomica.pdf)>. Acesso em outubro de 2021.

MUSEUSBR. Disponível em: [http://museus.cultura.gov.br/busca/##\(global:\(enabled:\(space:!t\),filterEntity:space,map:\(center:\(lat:-22.896101854870967,lng:-43.379859924316406\),zoom:11\)\),space:\(filters:\(En\\_Estado:!\(RJ\),En\\_Municipio:'rio%20de%20janeiro'\)\)\)\)](http://museus.cultura.gov.br/busca/##(global:(enabled:(space:!t),filterEntity:space,map:(center:(lat:-22.896101854870967,lng:-43.379859924316406),zoom:11)),space:(filters:(En_Estado:!(RJ),En_Municipio:'rio%20de%20janeiro')))))>. Acesso em outubro de 2021.

NADA SOBRE NÓS SEM NÓS. Oficina nacional de indicação de políticas públicas culturais para inclusão de pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2009.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Museus brasileiros e política cultural**. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2004, v. 19, n. 55 Acesso em outubro de 2021.

SARRAF, Viviane Panelli. Reabilitação do museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-17112008.../reabilitacaomuseu.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-17112008.../reabilitacaomuseu.pdf)>. Acesso em novembro de 2021.